



Tribunal divulga vídeo no qual desmente narrativa do presidente Jair Bolsonaro, de que foi limitado pelo Judiciário de atuar firmemente contra a pandemia. Peça publicitária mostra que ele poderia ter agido em conjunto com os estados e as prefeituras

STF reage: “Mentira não vira verdade”

» AUGUSTO FERNANDES

O Supremo Tribunal Federal voltou a rebater o discurso do presidente Jair Bolsonaro, de seus aliados e seguidores de que a Corte teria proibido o governo federal de atuar contra a pandemia. Por meio de um vídeo divulgado no Twitter oficial do STF, ontem, reforçou que União, estados e municípios precisam atuar juntos no combate à covid-19, adotando medidas para proteger a população.

A peça de esclarecimento do Supremo inverte o conceito pregado por Joseph Goebbels, ministro da Propaganda do ditador nazista Adolf Hitler, de que “uma mentira repetida mil vezes torna-se verdade”. Salienta, sobretudo, que uma “mentira repetida mil vezes não vira verdade”. A gravação faz parte da iniciativa #VerdadesdoSTF, produzida pela Secretaria de Comunicação da Corte para evitar a propagação de fake news.

O vídeo faz referência à decisão que deu autonomia a estados e municípios para, levando em conta o contexto local, determinarem medidas de isolamento social e enfrentamento ao novo coronavírus — como fechamento do comércio e uso obrigatório de máscaras ou equipamento individuais de proteção. O STF foi acionado múltiplas vezes durante a pandemia em razão de impasses travados entre governos municipais, estaduais e federal na definição de ações para o controle da doença, considerando o posicionamento do presidente contra o isolamento e distanciamento social. O governo federal acionou a Corte mais de uma vez para derrubar restrições impostas por governos estaduais para contar a disseminação do novo coronavírus.

Fotos: Reprodução/Twitter



Reformulando o conceito pregado pelo nazista Goebbels, o vídeo deixa claro que não é verdade a insistência de Bolsonaro em culpar o Supremo

Plenos poderes

“É falso que o Supremo tenha tirado poderes do presidente da República de atuar na pandemia. É verdadeiro que o STF decidiu que União, estados e prefeituras tinham que atuar juntos, com medidas para proteger a população. Não espalhe fake news, compartilhe as verdades do STF”, diz a peça que rebate Bolsonaro.

Desde que a Corte deu autonomia para implementar políticas de enfrentamento à crise sa-

nitária, Bolsonaro tem repetido que ficou impossibilitado de agir para controlar a pandemia. No último fim de semana, ao conversar com apoiadores, ele afirmou que “se estivesse coordenando a pandemia não teria morrido tanta gente”. Na sequência, defendeu o chamado “tratamento inicial” (como os bolsonaristas chamam, agora, o “tratamento precoce”) e uso de medicamentos *off label* — quando



o remédio é usado fora das recomendações da bula, como ocorreu com a cloroquina, que o próprio Ministério da Saúde esclareceu que não tem qualquer eficácia contra a covid-19.

Bolsonaro recorreu, em diversos momentos, ao discurso distorcido sobre a decisão do STF para se eximir de cobranças envolvendo sua postura no combate à pandemia. Em janeiro, a Corte já havia divulgado nota desmentindo as

alegações do presidente. Na ocasião, o texto destacou: “É responsabilidade de todos os entes da federação adotarem medidas em benefício da população brasileira no que se refere à pandemia”.

Em ocasiões anteriores, ministros do STF também rebateram as afirmações de Bolsonaro. Há quase duas semanas, Gilmar Mendes destacou que não houve intenção de tirar a competência da União no trato da pandemia e que foi o Executivo que “se autoexcluiu” do processo. (Com Agência Estado)

» Uruguai dá Pfizer a quem tomou CoronaVac

O Ministério da Saúde Pública do Uruguai informou, ontem, que todos os vacinados com o esquema completo da CoronaVac poderão receber uma terceira dose do imunizante da Pfizer. A aplicação será feita de forma escalonada, pelo menos 90 dias após o recebimento da segunda aplicação do imunizante desenvolvido pela farmacêutica chinesa Sinovac. Seguindo uma recomendação da comissão de vacinas que assessorava o governo, a pasta “aprovou a aplicação de uma terceira dose da vacina contra a covid-19 a todas as pessoas que receberam o esquema primário com a vacina CoronaVac”.

Intervalo da Pfizer deve ser reduzido

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, afirmou ontem que a redução do intervalo entre as doses da vacina da Pfizer deve ocorrer somente após a vacinação de toda a população com mais de 18 anos com pelo menos um dos imunizantes disponíveis no país. Apesar de a bula do imunizante prever um intervalo de 21 dias entre a primeira e a segunda doses, o ministério passou a recomendar a distância de 90 dias, com objetivo de vacinar mais pessoas com apenas a primeira aplicação mais rapidamente. Agora, a pasta estuda alterar a orientação.

“O (intervalo) que está na bula da Pfizer é de 21 dias. O grupo técnico do PNI (Programa Nacional de Imunização) optou por fazer um espaço mais alargado naquele primeiro momento porque queríamos avançar na primeira dose. Mas como as vacinas estão chegando, agora, em um volume maior, é possível mudar essa estratégia. Nós já fizemos várias análises e, com as entregas que temos, é possível voltar para o prazo que está no bulário”, explicou Queiroga na 11ª Reunião Virtual com os ministros da Saúde dos países do BRICS.

A alteração se deve, sobretudo, devido ao avanço da variante Delta do novo coronavírus. Na última segunda-feira, a secretária extraordinária de enfrentamento à Covid do Ministério da Saúde, Rosana Leite, disse que a pasta estava avaliando a redução do período. “Provavelmente no próximo mês, com as perspectivas de vacinas, temos uma previsão de fechar agora o mês de julho com 40 milhões de vacinas, e em agosto, 63 milhões. Então, sim, nós pensamos em reduzir esse intervalo (entre as doses da Pfizer)”, afirmou a secretária.

O médico infectologista José David Urbaz, do laboratório Exame, afirma que o tempo certo de espera entre uma dose de outra garante a resposta correta de imunização do organismo humano: “A resposta imunológica vai sendo aprimorada nas células linfoides, notadamente nos centros germinativos de linfonodos. À medida em que o espaço entre as doses é maior, a capacidade de produção de anticorpos de maior qualidade aumenta e também se verifica que o efeito de reforço se amplia. Isto é, o aumento dos anticorpos na aplicação da segunda dose é bem maior”, explicou. (GB)

Ministério pede pesquisa para 3ª dose

» VICTÓRIA OLÍMPIO
» GABRIELA BERNARDES*

O governo começará uma pesquisa para avaliar a necessidade de uma possível terceira dose da vacina CoronaVac contra a covid-19. O anúncio foi feito ontem pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, durante a 11ª Reunião Virtual com os ministros da Saúde dos países do BRICS — que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

O estudo está previsto para ser iniciado na próxima semana e será realizado em parceria com a Universidade de Oxford. O levantamento contará com 1.200 participantes, moradores de São Paulo e Salvador, que já tomaram as duas doses da vacina fabricada pelo Instituto Butantan e pelo laboratório chinês Sinovac. “Temos que fazer pesquisas para ter respostas para conduzir o nosso PNI (Programa Nacional de Imunização). O presidente Bolsonaro tem afirmado isso desde sempre: fazer pesquisas não só com vacinas, mas com perspectivas terapêuticas, e que as decisões sejam tomadas com base na ciência”, disse Queiroga.

Sue Ann Clemens, professora da Universidade de Oxford responsável pelo estudo, explicou que também será aplicada doses de reforço de outros imunizantes: “Vaci-

naresmos pessoas que já tenham tomado as duas doses da CoronaVac, seis meses depois da segunda, em quatro grupos: um com reforço da CoronaVac, outros com Janssen, Pfizer e AstraZeneca. A ideia é que possamos gerar dados para que o Ministério da Saúde implemente uma nova estratégia de vacinação, caso seja necessária, ainda no final deste ano”, explicou.

A pesquisa é um pedido do ministério à Universidade de Oxford, que, aqui no Brasil, contará com a parceria da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), e do Hospital São Rafael, da Rede D’Or, em Salvador. “Existem estudos que já mostram que a proteção (da CoronaVac) começa a cair com seis meses”, acrescentou a pesquisadora.

Primeiro imunizante contra a covid-19 disponível no Brasil, a CoronaVac foi aplicada em aproximadamente 37,8% dos vacinados no país, perdendo apenas para a AstraZeneca, com 48,1%, de acordo com dados do ministério. “Aqueles brasileiros que logo no começo da campanha fizeram o uso da CoronaVac, vamos agora fazer um estudo para avaliar a terceira dose ou dos outros três imunizantes do PNI”, disse Queiroga.

No início do ano, um estudo clínico feito no Brasil mostrou que a CoronaVac tem eficácia

Bárbara Cabral/Esp. CB/D.A Press



Pesquisa que será conduzida por Oxford fará aplicações adicionais das vacinas da Pfizer, da AstraZeneca e da Janssen

geral de 50,38%, número que está acima dos 50% requeridos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para considerar uma vacina viável. Em outro levantamento, o imunizante mostrou-se 78% eficaz contra casos leves, em que pacientes precisaram de alguma assistência clínica, e 100% eficaz contra casos graves

e que levam à internação e contra mortes causadas pela covid-19.

Um estudo feito pelo Butantan com a vacina em Serrana (SP) mostrou que a vacinação em massa da população adulta do município levou a uma redução de 95% das mortes, de 86% nas internações causadas pela doença e de 80% nos casos

simptomáticos. Após a experiência, que terminou em abril, a cidade continua com queda no número de casos e de mortes pelo novo coronavírus. Em julho, o município registrou apenas uma morte por covid-19.

* Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi